NIZA SOUZA
 csouza@jj.com.br

Reforma

O presidente da Câmara Municipal de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), espera que o Executivo entregue hoje (20) o projeto de lei que trata da Reforma Administrativa. Se for protocolado, será lido na sessão ordinária de amanhã e seguirá o trâmite legal no Legislativo. Caso contrário, só poderá iniciar o protocolo depois do Carnaval.

Sessão na 5ª

Na próxima terça-feira (28), não haverá sessão da Câmara por conta do Carnaval. Mas Martinelli pretende compensar a folga. Ele vai propor aos vereadores, nesta terça-feira, que a sessão ordinária da próxima semana seja realizada na quinta-feira, 2 de março. "Acredito que não haja objeção e todos vão concordar", diz.

Foliões

O bloco Afro Kekerê agitou a Vila Rio Branco na tarde de ontem. Organizado por Vanderlei Victorino, o BA, - que foi coordenador de coordenarias no governo de Pedro Bigardi (PSD) -, o anfiteatro contou com a presença de Dênis Crupe (ex-secretário) e Eduardo Pereira (ex-prefeito de Várzea Paulista, do PT).

EM TRÊS SEMANAS

Vereadores estreantes na Câmara de Jundiá conseguiram tramitar e emplacar itens para a sessão de amanhã

Novatos estreiam projetos na pauta em início de mandato

NIZA SOUZA
 csouza@jj.com.br

A 3ª sessão ordinária deste ano na Câmara Municipal de Jundiá, amanhã (21), será marcada pela estreia de três vereadores na tribuna do plenário. Em menos de dois meses de trabalho, Faouz Taha (PSDB), Romildo Antonio da Silva (PR) e Antonio Carlos Albino (PSB) conseguiram tramitar e emplacar seus primeiros projetos de lei na pauta da Casa.

Segundo o presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), os projetos estão aptos para serem votados, passaram pelas comissões pertinentes e foram considerados constitucionais, por isso foram colocados na pauta. "Tomamos posse em janeiro e, mesmo em recesso, muitos parlamentares começaram a trabalhar, fazer pesquisas e elaborar projetos. Já temos mais de 20 novos itens tramitando na Casa de Leis de Jundiá", destaca.

Um deles é do tucano Faouz Taha, que propõe alterar o Código de Obras e Edificações. O texto prevê

instalações adaptadas às pessoas ostomizadas (que utilizam bolsas coletoras de fezes e urina) em prédios de uso público onde há permanência e grande circulação. "Tenho bastante ligação com pessoas com deficiência e constatei essa demanda. Daí surgiu a ideia de elaborar esse projeto", explica o vereador.

Segundo ele, em Jundiá calcula-se que há 300 pessoas ostomizadas. Entretanto, na opinião do vereador, se aprovado deve beneficiar público maior. "Essa adequação também atende os cadeirantes. Além disso, Jundiá é uma cidade referência na Região, que recebe muitas pessoas de fora. Nesta segunda-feira, vou visitar alguns gabinetes e conversar com os vereadores sobre o projeto", diz.

Trotes

O projeto do vereador Antonio Carlos Albino propõe aplicar multa para pessoas que passem trotes telefônicos nos serviços de emergência, como Samu, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Polícia Militar. O parla-

RÁPIDOS São mais de 20 projetos que estão em andamento já registrados pelos vereadores do mandato atual; alta produtividade

mentar, que trabalhou na Polícia Civil, argumenta que os trotes são um grande problema e causam muitos transtornos para as corporações. "Quando uma pessoa passa um trote, o serviço de emergência deixa de atender um caso realmente urgente", avalia. Por se tratar de um assunto de interesse tanto para a população quanto para as insti-

tuições, ele acredita que não haverá polêmica. "Minha expectativa é de que seja aprovado."

O terceiro projeto em votação regula o acesso de carrinhos de bebês nos ônibus do serviço público de transporte coletivo, de autoria do vereador Romildo Antonio da Silva. No texto, ele propõe o acesso de carrinhos pelos elevadores adap-

tados e que a área destinada para os cadeirantes também possa ser usada pelos equipamentos de transporte de crianças.

A pauta de amanhã inclui ainda cinco vetos do Poder Executivo a projetos de lei do Legislativo, todos de autoria de ex-vereadores: quatro de Gerison Sartori (PSD) e um de Paulo Malerba (PT).

PETROLÃO

Odebrecht teria bancado treinamento empresarial para filho caçula de Lula

Dados vazados da delação premiada da Odebrecht - ainda sob sigilo - dão conta de que um dos favores feitos pela empresa para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria sido pagar um orientador de carreira para ajudar seu filho Luís Cláudio a colocar de pé a empresa Touchdown Promoções e Eventos Esportivos, que organizava um campeonato de futebol americano.

Segundo informações veiculadas pela internet, ontem, foi o próprio Lula quem pediu para que a empresa bancasse o 'coaching', cujo objetivo era ensinar a Luís Cláudio, 31, técnicas de gestão. Procu-

rado, o Instituto Lula disse que não comentaria "supostas informações incompletas baseadas em supostos documentos." O caçula de Lula e Marisa promoveu entre 2012 e 2015 o Torneio Touchdown, que reunia cerca de 20 equipes de futebol americano. O executivo responsável pela informação, afirma que o caso foi um dos diversos serviços que a Odebrecht prestou ao ex-presidente. No pacote elencado pelo ex-executivo também estão detalhes da reforma do sítio de Atibaia frequentado pela família Lula.

Além disso, outros favores da empresa ao petista são a construção do estádio do Co-

rinthians - descrita como um "presente" para o ex-presidente - e a compra de um terreno para ser a nova sede do Instituto Lula.

Carreira

Formado em educação física, Luís Cláudio trabalhou como auxiliar de treinamento nos grandes clubes paulistas: Palmeiras, São Paulo, Santos e Corinthians.

Entre as funções que exercia estava colocar nos gramados pequenos cones que balizam os exercícios dos jogadores. Foi ajudante do técnico Vanderlei Luxemburgo. Em 2011, abandonou os gramados e fundou a LFT Marke-

ting Esportivo, tendo como primeiro cliente o Corinthians, na época presidido por Andrés Sanchez, hoje deputado federal pelo PT.

O filho do ex-presidente Lula recebeu cerca de R\$ 500 mil entre 2011 e 2013 sem ter desempenhado função no clube, segundo relatos de funcionários do time, entre eles o então diretor de marketing, Luis Paulo Rosenberg. Em 2016, o campeonato Touchdown deixou de ser realizado. Luís Cláudio foi alvo da Zelotes, em outubro de 2015, o torneio perdeu patrocinadores e os times decidiram atuar em outra liga. (Agências)

SOMBRA Foliões disputaram espaço debaixo das árvores; calor de mais de 34°

PRÉ-CARNAVAL

Multidão colorida invade o Ibirapuera

Um dos maiores blocos do Rio de Janeiro, fundado em 2000, o Monobloco arrastou uma multidão de foliões na tarde de ontem (19) na região do Parque Ibirapuera, em São Paulo.

O sol forte, com temperatura em torno dos 34°C, não afugentou os foliões. "Poderiam plantar mais árvores nos arredores do Ibirapuera. Ou lançarem água na multidão para amenizar esse inferno. Está quente demais", disse Darlene Ferreira, 31, comerciante do Jabaquara, pedindo licença para um grupo

que estava debaixo de uma árvore.

Caçar uma sombra virou uma obsessão de quem acompanhou o Monobloco. Até a estrutura do ponto de ônibus virou arquibancada de foliões.

O Monobloco animou o público com a mistura de sucessos, como de Seu Jorge, Marisa Monte, Luiz Gonzaga, Gilberto Gil e com marchinhas em frente ao Ibirapuera. "Tem um público bem família", disse a advogada Paloma Ferro de Souza, 31, de São Caetano. "Está muito organizado. Necessário, né?".

LAVA JATO

Fachin arquiva inquérito contra Collor

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu arquivar um dos inquéritos contra o senador Fernando Collor (PTC-AL) no âmbito da operação. O arquivamento foi feito a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Neste inquérito, Collor era suspeito de receber vantagens indevidas em uma operação da BR Distribuidora, uma subsidiária da Petrobras, em Salvador. O senador foi citado na delação premiada do ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

Após diversas diligências da Polícia Federal (PF), Janot

concluiu não haver provas suficientes para instaurar denúncia. "Seria temerário o oferecimento de uma denúncia com base apenas em declarações de um colaborador", escreveu o procurador-geral da República ao pedir o arquivamento.

Collor é alvo de mais cinco inquéritos no âmbito da Operação Lava Jato. Em um deles, o senador foi denunciado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, sob a acusação de receber R\$ 26 milhões de propina em contratos da BR Distribuidora. A denúncia, apresentada ao STF em agosto de 2015, ainda não foi julgada.

Declaração

O relator da Operação Lava Jato na Corte, disse, na semana passada, que o foro privilegiado é "incompatível com o princípio republicano".

"A questão do chamado foro privilegiado, que na verdade é um foro por prerrogativa de função, tem aberto um debate no Brasil sobre a coerência do que se tem entendido e praticado com o princípio republicano que está na Constituição. Eu, já de muito tempo, tenho subscrito uma visão crítica do chamado foro privilegiado, por entendero incompatível com o princípio republicano, que é o programa normativo que está

na base da Constituição brasileira", disse Fachin.

Ele disse que o Supremo precisa avaliar se uma eventual redução da abrangência do foro privilegiado pode ser feita por meio de nova interpretação da Corte sobre a Constituição ou se depende de proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada no Congresso.

"A questão, todavia, que se coloca é saber se essa alteração pode ser feita por uma mudança de interpretação constitucional ou se ela demanda, da parte do Poder Legislativo, uma alteração própria do Poder Legislativo." (Agência Brasil)